

O MÉTODO DE MELHORIA DE RESULTADOS NA AGENDA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL PAULISTA: A LÓGICA GERENCIAL NA DEFINIÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL

Sabrina Bucci Rosa
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
sabrina-bucci@hotmail.com

Maria Simone Ferraz Pereira
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
msimonefp@gmail.com

INTRODUÇÃO

A avaliação externa uma é temática que vem ganhando destaque no cenário educacional nas últimas décadas e, como consequência, são produzidos vários estudos e debates no país, uma vez que os indicadores dessas avaliações justificam a criação e implementação de políticas públicas e têm sido utilizados como medida da qualidade do ensino e da aprendizagem das escolas e sistemas.

No Brasil, o processo de avaliação emerge no contexto de globalização e avanço das políticas neoliberais e a partir de orientações de organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação (ONU) (CURY, 2017). Tais organismos passaram a prescrever, a partir da década de 1980, a elaboração de políticas públicas educacionais, estabelecendo a necessidade da diminuição do papel do Estado, uma governança baseada na eficiência e *accountability*, e a necessidade de parâmetros de referência da qualidade baseados em conhecimentos, habilidades e competências, impondo-se, dessa forma, processo de avaliação utilizado para avaliar resultados de políticas educacionais (CURY, 2017).

Nesse contexto, o sistema de avaliação no país começa a se desenvolver no final dos anos 1980, a partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sendo impulsionado, na década de 1990, com a reformulação da lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que prevê a necessidade da União “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, Médio e Superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.” (BRASIL, 1996, p. 4).

Desde então, estados e sistemas têm implementado uma política de avaliação da qualidade da educação, por meio da elaboração e aplicação de avaliações externas, como o estado de São Paulo, que criou, em 1996, o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP).

O SARESP se consolidou como o principal indutor de políticas educacionais no estado (ARCAS, 2010) e uma dessas políticas mais recentes é o Programa Gestão em Foco, implementado a partir de 2017 nas escolas e diretorias da rede, com o objetivo de promover a melhoria contínua da qualidade da aprendizagem dos alunos do estado, que cursam ensino fundamental e médio, por meio da implementação do método de melhoria de resultados (MMR), objeto da presente reflexão (FALCONI EDUCAÇÃO; SÃO PAULO, 2020).

Este trabalho sistematiza os resultados de uma dissertação de mestrado que buscou analisar a concepção de qualidade presente no MMR, implementado pelo Programa Gestão em Foco, e sua relação com os indicadores do SARESP e do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). Para tanto, nos ancoramos na pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de estudos bibliográficos, análise documental e análise de conteúdo.

DESENVOLVIMENTO

A partir da realização da avaliação do SARESP nas escolas e da divulgação dos seus resultados, são fornecidas várias informações periódicas e passíveis de comparação sobre a situação da escolaridade básica na rede pública de ensino paulista. Tais informações são utilizadas pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo para subsidiar a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas educacionais.

A partir dos resultados do SARESP, a Secretaria Estadual da Educação de São Paulo implementou o Programa de Qualidade da Escola (PQE), que propõe avaliar a qualidade das escolas por meio do IDESP, um indicador de qualidade da educação básica do estado paulista. Para avaliar a qualidade das escolas, o índice considera dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nas provas do SARESP e o fluxo escolar, pois, segundo o programa, uma “boa escola é aquela em que a maior parte dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas

para a sua série/ano, num período de tempo ideal – o ano letivo.” (SÃO PAULO, 2014, p. 1).

O IDESP caracteriza-se como um indicador de qualidade que utiliza uma metodologia que permite às escolas o acompanhamento de sua evolução anualmente, pois divulga metas específicas a serem alcançadas por cada escola. As metas são utilizadas como referência pelas escolas e seus profissionais e subsidiam as tomadas de decisões por todos os profissionais do sistema educacional paulista (SÃO PAULO, 2014).

Em 2017, a partir dos resultados do SARESP, foi implementado na rede, o Programa Gestão em Foco, que instituiu o MMR, método de gestão de resultados, que propõe resolver um problema definido como a diferença entre o resultado atual da escola e a meta do IDESP (FALCONI EDUCAÇÃO; SÃO PAULO, 2020), isto é, propõe auxiliar as escolas a alcançarem a meta do IDESP.

A implementação do MMR nas escolas e diretorias perpassa oito passos e propõe a realização de várias atividades que culminam na elaboração, implementação e avaliação de planos de ação que visam à melhoria dos indicadores do IDESP e outros resultados apresentados pelos alunos no decorrer do ano, como a Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP), avaliação interna de caráter diagnóstico, elaborada pela equipe da secretaria que avalia os alunos bimestralmente, com o objetivo de identificar o desempenho dos estudantes, por meio das competências e habilidades trabalhadas no Currículo Oficial do Estado de São Paulo.

CONCLUSÃO

Na forma como os indicadores do SARESP e AAP são utilizados no MMR, identificamos que o foco está nos resultados mensuráveis e observáveis das provas realizadas pelos alunos, o que contribui para o aprofundamento da redução do trabalho a ser realizado na escola com foco no alcance de metas do IDESP (GESQUI, 2015). Além disso, pressupõe uma racionalidade tecnológica e técnica e uma padronização às escolas e diretorias, o que, segundo Sander (2009), revela uma concepção de gestão e administração escolar que reencarna princípios da administração de empresas, cujo foco é a racionalização, a eficiência e a produtividade, tendo como preocupação a ordem, a disciplina, o controle

centralizado e a uniformização de princípios e práticas da administração pública no país.

O estudo nos leva a concluir que, embora o Programa Gestão em Foco defenda que o MMR tem o potencial de contribuir para a melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos da rede estadual paulista, essa qualidade é restrita, pois se fundamenta apenas aos resultados mensuráveis e quantificáveis de testes padronizados, realizados pelos alunos, desconsiderando importantes fatores e dimensões intra e extraescolares que interferem na qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

ARCAS, P. H. Saesp e progressão continuada: implicações na avaliação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 473-488, dez. 2010. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br//index.php/eae/article/view/2459>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 11 dez. 2019.

CURY, C. R. J. A globalização e os desafios para os sistemas nacionais: agenda internacional e práticas educacionais nacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 1, p. 15-34, abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/72829/41182>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FALCONI EDUCAÇÃO; SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Guia prático método de melhoria de resultados (MMR): etapas de planejamento**. São Paulo, 2020.

GESQUI, L. C. O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP): práticas escolares resultantes. **Educação (UFSM)**, v. 40, n. 2, p. 465-475, 2015. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/download/1473/1813>. Acesso em: 5 out. 2020.

SANDER, B. **Administração da educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Programa de Qualidade da Escola: nota técnica**. São Paulo, mar. 2014. Disponível em: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/Arquivos/NotaTecnica2013.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.